



ENTREVISTA

A CRISE DE LEGITIMAÇÃO DO NEOLIBERALISMO E A COLONIZAÇÃO DA CRÍTICA ÉTICA PELAS CORPORAÇÕES: RUMO A UMA PLUTOCRACIA CORPORATIVA?

Entrevista com Alessandro Bonanno

Entrevistado por:

Paulo André Niederle

Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Endereço Eletrônico: pauloniederle@gmail.com

Etho Roberio Medeiros Nascimento

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural /Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Endereço Eletrônico: ethoroberio@gmail.com

Elcio Nascimento Costa

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Endereço Eletrônico: elcioncosta@gmail.com

Professor da Universidade Estadual Sam Houston, Texas, Alessandro Bonanno é um dos expoentes da sociologia da agricultura e alimentação. Suas publicações sobre os impactos dos processos de globalização para a reorganização das relações de produção e trabalho na agricultura são referências obrigatórias nos estudos rurais. Dentre suas publicações mais recentes estão: “The Legitimation Crisis of Neoliberalism: The State, Will-Formation and Resistance” (2017); “Geographical

Indication in the Development and Democratization of Global Agri-Food” (2019), organizado com Kae Sekine and Hart Feurer; “Resistance to Neoliberal Agri-Food System: A Critical Analysis” (2018), com Steven Wolf; e “Labor Relations in Globalized Food” (2014), organizado com Josefa Salete Cavalcanti.

Com inúmeras pesquisas no Brasil desde meados dos anos 1990, sobretudo na região Nordeste e em parceria com

pesquisadores da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Alessandro Bonanno acumula um vasto conhecimento sobre o Brasil. Aproveitando mais uma vinda para o país, em dezembro de 2019, tivemos a oportunidade de recebê-lo na UFRGS¹ para uma palestra sobre sua mais recente pesquisa acerca da reestruturação do mercado global de carne em face da emergência de novas alternativas em termos de produtos substitutos. Na ocasião, realizamos esta entrevista que reconstitui alguns passos da sua trajetória acadêmica e apresenta sua interpretação para os processos mais gerais de reestruturação do sistema agroalimentar contemporâneo em face do que define como uma crise de legitimação do neoliberalismo e o avanço do domínio corporativo, que tem habilmente se apropriado das críticas cívicas que os movimentos sociais, até então, construíram ao modelo de produção dominante.

Entrevistadores: A sociologia da agricultura e da alimentação tem apresentado uma importante contribuição para a análise das transformações dos sistemas alimentares. Para começar nosso diálogo, seria importante você situar sua entrada nesse campo e suas principais contribuições para este debate.

¹ Agradecemos ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, em especial à professora Josefa Salete Cavalcanti, por viabilizar, por meio do projeto Capes-Print, a vinda do professor Alessandro para o Brasil, e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS pelo apoio para trazê-lo à Porto Alegre.

Alessandro Bonanno: Estamos falando de meados dos anos 1970. Eu era estudante de graduação. Nesse período, como muitos jovens dessa época, eu estava preocupado com a mudança da sociedade, com criar uma sociedade melhor, que não tivesse a dominação do sistema capitalista e do consumismo. Eu tinha lido tudo da literatura da Escola de Frankfurt, da teoria crítica, sobretudo o Habermas e o Marcuse. A partir disso, minha preocupação começou com poder resolver as questões dos grupos pobres, dos desfavorecidos do mundo... E um desses grupos era o dos camponeses. Eu não tenho raízes camponesas, nasci e cresci na cidade, mas essa preocupação com os camponeses era muito forte. Então, eu comecei a estudar agricultura com a intenção de encontrar soluções para o problema da pobreza rural, da pobreza dos camponeses.

Nesse período, a teoria social dominante nos Estados Unidos era o positivismo de Parsons, que fala da questão da estratificação social como funcional ao sistema social. Essa foi uma ideia muito difundida e propõe que as pessoas que recebem muito mais da sociedade assim o recebem porque têm mais importância na sociedade, e os que têm uma importância menor recebem menos. Essa teoria,

obviamente, não funciona, porque os produtores, em geral, principalmente camponeses e agricultores familiares, produzem alimentos que são fundamentais para a sociedade e não recebem nada. Em virtude disso, eu comecei com essa crítica à teoria funcionalista de Parsons.

Depois, fazendo um salto de dez anos, no final dos anos 1970, eu já tinha participado de congressos internacionais, e dois dos meus professores, ambos muito importantes na sociologia da agricultura e da alimentação – Bill Friedland, da Universidade da Califórnia/Santa Cruz e Lawrence Bush, então na Universidade de

Entrevistadores: Qual era o eixo central do debate da sociologia da agricultura nesse momento de formação do campo?

Alessandro Bonanno: A questão era como desenvolver todo um setor, a agricultura, e como lutar contra o poder das grandes corporações, que, naquele momento, ganhavam muito espaço. Cabe lembrar que, naquele momento, acelerou-se o desenvolvimento do regime liberal, o fim do fordismo e o princípio do neoliberalismo, o que coincide com a ascensão de Margareth Thatcher com primeira-ministra da Inglaterra em 1979 e a ascensão de Ronald Reagan como

Kentucky e depois na Michigan State – me convidaram para organizar o que hoje se chama RC-40, o grupo de pesquisa de Sociologia da Agricultura e da Alimentação da International Sociological Association (ISA). Então, eu escrevi o programa para apresentar para a ISA de um grupo de sociologia da agricultura. Só depois de alguns anos nós adicionamos o termo “alimentação”, porque, no começo dos anos 1980, ainda se falava muito mais de agricultura do que de alimentação. Eu acho que foi em 1982 ou 1983 que nós adicionamos a palavra alimentação e, então, criou-se o “agrifood”, do qual agora tanto se fala.

presidente dos Estados Unidos em 1980. Então, a gente começa a pesquisar sobre o neoliberalismo e sobre a globalização, que é o outro lado da moeda do neoliberalismo. Começamos a pesquisar sobre a questão da globalização, da mundialização da comida, da produção de alimentos, como essas grandes companhias promovem o *global sourcing*, a corrida mundial por fatores de produção, e não somente dos fatores de produção, mas também das condições políticas e sociais que favoreceram a produção corporativa dos alimentos. Um tema relevante foi a questão da desverticalização e o desenvolvimento da agricultura por contratos, sobretudo na

produção de carne. Analisamos o desenvolvimento da Tyson Foods, que era a maior produtora de carne do mundo. Queríamos entender esta ideologia que, de um lado, fala de desenvolvimento do produtor, que teria a capacidade de ser independente e, por meio do contrato, ganhar muito, mas, por outro lado, era controlado por um sistema de consignação.

Em 1984, deixei a Universidade de Kentucky e fui para a Universidade de Missouri, e lá comecei a trabalhar com o grupo que tinha como chefe Bill Heffernan, que estudava concentração econômica. Ele desenvolveu um índice de concentração em que, para cada setor agroalimentar, media o quanto as grandes companhias controlavam determinadas partes ou setores do mercado. Ele conseguiu mostrar, pela primeira vez no mundo, como, basicamente, a produção de certas *commodities* está concentrada. Aí começamos a falar da Conagra, da Cargill e de todas essas companhias. Então, em 1991, organizamos no Missouri um congresso sobre a questão da globalização na agricultura. Nesse período, ainda não se usava muito a palavra “globalização”. Usava-se “pós-fordismo”. A gente organizou esse congresso com muita gente importante. Do Brasil, eu lembro que

estavam John Wilkinson, Bernard Sorj e Salete Cavalcante. A partir desse congresso, organizamos o livro que agora ficou muito famoso, que se chama *From Columbus to Conagra*, e que é o livro que começou, basicamente, a discussão sobre globalização e neoliberalismo na agricultura.

Nesse período, começamos a estudar as alternativas ao sistema corporativo, ao sistema capitalista controlado por corporações. Ao mesmo tempo, desenvolvia-se nos Estados Unidos e em nível mundial um grupo em torno do RC-40. Nesse período, também se formava um grupo que se chama *Agriculture and Humans Values*, que é um grupo internacional que tem uma abordagem filosófica sobre a questão dos valores humanos, a questão da ética, também buscando alternativas ao sistema alimentar hegemônico. Então, desenvolveram-se todas essas alternativas, como, por exemplo, agricultura urbana, consumo local. Foi um momento muito forte do alternativo. Mas, depois, começamos a reconhecer o limite desse processo, porque, em primeiro lugar, muitas partes do mundo ficavam de fora, principalmente, a América Latina. Nesse período, eu já estava no Texas, na Universidade de Sam

Houston. Eu tinha trabalhado com o México e com a Argentina e participei dos congressos da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural – minha primeira participação foi em 1992 ou 1993, não lembro muito bem. Eu estudava descentralização na América Latina e estava certo de que todas essas alternativas que existiam no Norte, na Europa, não cabiam na ali e não cabiam em outras partes do mundo, sobretudo no Sul global. A questão era a seguinte: como podemos desenvolver alternativas dentro de um sistema no qual as alternativas, na realidade do Norte, eram direcionadas para a classe média alta, a classe com poder aquisitivo? O pobre do Norte tampouco estava incluído. Então, desenvolve-se um debate entre os que reconhecem essa realidade e dizem: “Não podemos fazer nada, o que podemos fazer já está sendo feito: a agricultura cívica, o consumo local, a relação direta entre consumidor e produtor. Entendemos que muitas pessoas estão excluídas, mas é melhor do que nada”; e, do outro lado, um grupo que quer desenvolver um plano que promova emancipação de todos, não somente dos ricos, pois dessa maneira se trata, uma vez mais, de uma reprodução do sistema de classes. Esse debate se deu em um clima

muito amigável, entre amigos que compartilhavam um ideal de emancipação.

Entrevistadores: Essa discussão se deu durante o período de ascensão do neoliberalismo, que passou a ser fortemente questionado por esses movimentos alternativos. O que se alterou desde então?

Alessandro Bonanno: A emergência de um novo ciclo, que significa o fim do neoliberalismo clássico, ou seja, o fim do Consenso de Washington, que era muito forte porque representava, basicamente, a convergência da esquerda histórica com o neoliberalismo. Há três nomes que são representativos dessa realidade. Nos Estados Unidos, Bill Clinton, democrata que fez, pela primeira vez, a reforma da seguridade social nesse país, que assimilou a ideia social-democrata de ajudar os trabalhadores e colocar as ajudas socioeconômicas no marco da participação no mercado de trabalho. Porque, na tradição da esquerda trabalhista mundial, a ideia consiste em que, se você é um trabalhador, um ser humano membro da classe trabalhadora, você tem direito de ser apoiado pelo Estado. Bill Clinton mudou essa questão afirmando que somente quem participa do mercado de trabalho, ou seja,

está empregado, tem esse direito. Caso esteja desempregado, você está fora; assim como o grande grupo marginalizado, que não está dentro do mercado de trabalho, exatamente por estar marginalizado. Por sua vez, na Inglaterra, chegou Tony Blair compartilhando dessa mesma ideia e, no Brasil, chegou Fernando Henrique Cardoso, ele também, de esquerda, um dos grandes fundadores da teoria do subdesenvolvimento da América Latina. Eu me lembro de estudar os livros dele, e agora via que ele tinha esse novo tipo de postura. Foi um choque. Ele também representava essa realidade, no caso brasileiro, da convergência da esquerda com a ideia do neoliberalismo.

Mas tudo isso se iniciou nos anos 1990 e se encerrou em 2007/2008. Por quê? Porque, nesse momento, ocorre uma crise muito grande, e essa crise não pode ser resolvida através dos instrumentos disponíveis do neoliberalismo. Escrevi um livro sobre isso que se chama *A crise de legitimação do neoliberalismo* (*The Legitimation Crisis of Neoliberalism*, Palgrave Macmillan, 2017), no qual uso a ideia de Habermas sobre a crise do sistema. Habermas faz toda uma crítica sobre a ideia de sistema de Parsons e de Niklas Luhman. Eles falam de um sistema

como um sistema de equilíbrio, que não se altera. Habermas diz não para o equilíbrio, seguindo a mesma ideia de Marx. Quando fala de um sistema capitalista, Marx diz que o sistema existe, mas que seu funcionamento é contraditório. Habermas retoma a teoria marxista da crise. Ele diz que, quando o sistema, no seu interior, não tem ferramentas para resolver a crise, então, nesse caso, falamos de uma crise sistêmica. Ele também fala da crise social, quando promessas do sistema não são cumpridas. Nesse caso, o sistema neoliberal, que dizia que o mercado resolveria o problema, não se demonstrou verdadeiro. Por que isso é importante? Não apenas porque Habermas falou, mas porque a questão da legitimação do sistema é muito importante; a questão do poder político da mensagem é muito importante.

O neoliberalismo resolve a questão da legitimação, porque o neoliberalismo propõe o mercado... No fordismo, o governo decidia quais eram os objetivos principais da sociedade. Era a politização da economia. O neoliberalismo transfere essa tarefa para o mercado. O Estado decidia sobre a redistribuição da riqueza a favor da classe trabalhadora, das minorias, das mulheres. O neoliberalismo diz que isso cria problemas de legitimação e

propõe uma mudança fundamental, dizendo que é o mercado que decide quais são as respostas justas às situações-problema. Não é mais a política que decide, e, sim, a economia. Agora falam da econominização da política. Portanto, a questão de Parsons sobre a estratificação social... O mercado decide quem são os bons e os maus por meio da meritocracia. É o mercado que decide quem é capaz e quem não é. Todo mundo começa a concorrência como se estivesse na corrida desde o princípio. E, em uma corrida normal, sempre tem o ganhador e o perdedor, e essa realidade é, verdadeiramente, posta como justa. Não seria o sistema, *a priori*, que diria quem ganhará e quem perderá. Essa situação elimina a questão da legitimação. Como, depois, diria Thatcher, após o fim da União Soviética: “não há outra alternativa”. A única função do Estado é criar mercados – traduzindo, é a privatização. Então, a privatização é a criação de mercados, com a qual o sistema social e econômico é gerenciado pelo mercado, e não pelo sistema público, o Estado.

O mercado justo não existe. Essa história da concorrência justa não existe. A corrida não é justa. Essa questão já tinha sido teorizada por visões liberais da escola

clássica no final do século XIX e no princípio do XX, começando com John Stuart Mill em seu livro de 1859 *On Liberty*, em que ele fala pela primeira vez sobre a questão das mulheres. Ele fala que as mulheres não têm possibilidades de fazer uma concorrência justa e da necessidade de se criar uma concorrência justa. Então, se você quer fazer uma concorrência justa, é necessária a intervenção do Estado para reduzir as diferenças entre os atores, os que têm poder e os que não têm. Essa é a mesma crítica de Marx ao mercado quando ele fala, por exemplo, do mercado de trabalho em que demanda e oferta não são curvas iguais, pois, quando o trabalhador precisa trabalhar, precisa de algo imediato, não pode esperar. Os capitalistas podem decidir não investir, podem decidir esperar, mas o trabalhador não pode esperar, pois precisa comer, sobreviver. O sistema clássico de Adam Smith não leva em consideração o fator poder, não desenvolve uma Teoria do Poder.

Entrevistadores: Esta crise de legitimação do neoliberalismo leva à conformação de um novo sistema? Como caracterizar a posição de Estados que nunca adotaram integralmente o modelo liberal, como é o caso da China, por exemplo?

Alessandro Bonanno: Com a crise do sistema neoliberal se abre a questão: e agora? Qual é o novo sistema? Eu gosto da expressão de Gramsci sobre o período de transição, o qual ele chama de “Inter Regnum”. *Regnum* significa regime. Nesse período, existem várias respostas à crise do neoliberalismo. Uma delas é a do populismo, que diz que o fim da globalização e a recriação da nação trará ganhos para os trabalhadores, o que cria, claramente, vários problemas. Por exemplo, de um lado, o populismo dos Estados Unidos diz que é preciso lutar contra a China, que é preciso protecionismo. Mas, ao mesmo tempo, quando o protecionismo acaba, voltamos para o mercado. Então, propõe-se tudo e nada. Propõe protecionismo e, ao mesmo tempo, diz que o neoliberalismo é bom. Um tipo de ecletismo. O mesmo acontece no Brasil.

Nos Estados Unidos, propõe-se voltar ao sistema de produção industrial quando a concorrência mundial diz que a divisão internacional do trabalho faz com que as fábricas não fiquem nos Estados Unidos. Hoje, tampouco as fazendas ficam nos Estados Unidos porque é um gasto muito alto. Então, se você quer aumentar o nível de vida dos trabalhadores, você não pode

propor um sistema que paga salários mais baixos. Você tem que propor um sistema que paga salários mais altos. Mas se o salário fica mais alto, outro país pode ter maior capacidade de concorrência. Por essa razão, há uma descentralização da produção, vide a produção de telefones da Apple na China. Podemos imaginar que, se toda a produção voltasse aos EUA, não seria lucrativo para as empresas do ponto de vista mercadológico e econômico. Na China, o custo de produção é menor que nos EUA. E o consumidor gosta disso, porque pode consumir. Esse cenário está certo na economia. Se você fala com qualquer economista, ele confirma essa situação. Mas não na política.

Inicialmente, a China, como todos os países subdesenvolvidos do mundo, estava inserida em um sistema de concorrência injusto, tendo que concorrer com países mais poderosos, tendo que fazer concorrência estando em uma situação de subdesenvolvimento. Mas a China organizou um sistema que, agora, todo mundo quer usar, porque se entendeu que a concorrência não é justa, não é igual. Isso gerou um paradoxo. Agora são os EUA que reclamam que a China não faz uma concorrência justa. É uma situação interessante, pois, historicamente, a Europa

e os Estados Unidos, que tinham suas formas de colonialismos e imperialismo, fizeram uma concorrência que não era justa. Agora que a China está ganhando, eles reclamam da concorrência injusta. Então, a concorrência é uma ideologia utilizada para justificar condições de poder ou falta de poder.

O populismo possui uma força intelectual pouco vista: os pobres. Essa pauta da esquerda está cada vez mais apropriada pelos grupos da direita ou grupos conservadores. Ou seja, ele fala para o pobre, está com o pobre. No entanto, estou pesquisando uma alternativa, que é o desenvolvimento do que eu chamo de “plutocracia corporativa”. O capitalismo é um sistema que produz dinheiro, mas é um sistema que não distribui o dinheiro. Nos EUA, a taxa de desemprego atual é muito baixa, mas é um emprego de má qualidade. A flexibilidade trabalhista tem problemas em várias áreas. Já o socialismo é um sistema que não produz dinheiro, mas um sistema que distribui bem o dinheiro. Então a gente tem que misturar. Isso é a democracia social. Mas agora esse também é o novo discurso das corporações. O mundo agora olha para as corporações para solucionar esse problema. E as corporações dizem que querem solucionar o problema.

Surge, então, o discurso da responsabilidade social das corporações, que começou com a proposta de que o consumidor era verdadeiramente a nova classe revolucionária. Supõe-se que, por meio de um consumo justo, por exemplo, as empresas são forçadas a se reposicionar.

Acontece que as empresas podem ganhar muito dinheiro com esse movimento. Na verdade, cria-se a ideia de que o lucro aumenta se você se comporta bem. A moralidade se transforma no ativo principal. Então, isso é basicamente uma nova proposta. Essa nova proposta elimina o dualismo que é a base da democracia burguesa. Há um poder dominante e uma oposição – a democracia funciona se sempre há um poder dominante e uma oposição. Quando os dominantes se transformam na oposição, temos o que se chama totalitarismo. Mas ninguém sabe disso porque, no passado, o totalitarismo era a grande ditadura, como no Brasil e na Argentina. Mas agora essa nova ideologia cria uma elite totalitária liberal. O antagonismo clássico capital/trabalho e capital/sociedade acabou. E essa proposta é perigosa porque dá a ideia de que, ao invés de a esquerda fazer tudo e resolver os problemas ligados às camadas sociais mais baixas, você pode ficar tranquilo e deixar

as empresas fazerem tudo. O capital financeiro está ganhando o espaço alternativo; está colonizando esse espaço alternativo, sobretudo a partir da questão do meio ambiente, do bem-estar animal, da ética, essas coisas.

Em suma, agora há várias propostas de resposta à crise de legitimidade do neoliberalismo. Uma é o populismo. Outra é a democracia social. E há ainda a plutocracia corporativa, que retrata a ação das corporações com discursos esquerdistas.

Entrevistadores: Qual é a relação entre populismo e plutocracia corporativa? Até que ponto eles se enfrentam? Até que ponto eles são sinérgicos?

Alessandro Bonanno: Eles se enfrentam muito. Por exemplo, a fala do dono da Starbucks, que deseja competir com o Trump nas eleições. Ele disse: “eu não quero Trump, eu quero fazer uma coisa alternativa”. A gente vê que ele usa palavras esquerdistas, mas sabe que ele não é tão esquerdista como um democrata tradicional. Eles usam palavras de esquerda, mas, ao mesmo tempo, sustentam que os problemas reais não existem, de forma que suas falas vão ao

encontro daquilo que é dito pelo próprio Trump.

Entrevistadores: Isso significa que, se a esquerda tiver que optar entre populismo autoritário e plutocracia corporativa, ela provavelmente vai se aliar a esta última?

Alessandro Bonanno: Certamente, e isso é um desastre. O que falta, falando historicamente, é um movimento popular. Agora, com a era digital, todo mundo fica com o telefone enviando mensagem legal. É a individualização da agregação. A criação da consciência de classe é uma criação da vida, do cotidiano; é resultado de lugares de agregações sociais. Esse lugar não existe mais. A descentralização eliminou o lugar da agregação social. A rotina nas empresas e nas universidades passou a incluir atividades remotas e em comunidades digitais. Esse reflexo se deu de forma marcante na mudança das formas de agregação social. Esses centros de agregação não existem mais e, além do mais, esses trabalhadores são reféns do nacionalismo. Por exemplo, o trabalhador norte-americano fala do japonês como inimigo, e este da mesma forma do americano. A questão do internacionalismo das esquerdas... Em todo o mundo os trabalhadores estão divididos.

Falta um movimento popular. A grande vitória do movimento neoliberal foi que ele eliminou o grande partido da esquerda e os sindicatos. Os sindicatos representam agora somente 10% dos trabalhadores. Durante os anos 1960, representavam 70 ou 80% dos trabalhadores nos países do Norte global. Na Europa e no México, o sindicalismo não representa nada. No Brasil, não sei... Com os partidos de esquerda também. Por exemplo, o grande partido comunista não existe mais na França. Isso é o que falta, um movimento popular. O movimento alternativo da agricultura, que fica no nível individual, volta-se para o consumidor. O consumidor compra produtos de grandes companhias no intuito de atender as suas iniciativas individuais. Isso se trata apenas de um negócio para elas. Michel Foucault ressalta a grande intuição do controle através da personalidade. Por exemplo: se você compra a carne alternativa, estaria lutando contra o sistema de confinamento de animais. Ou: sou a favor da vaca livre porque estou comendo o hambúrguer vegetal do Burger King! Há uma individualização das lutas.

O policiamento das empresas pelo consumidor levou a bons resultados, como, por exemplo, à comida boa e aos

orgânicos. Mas, voltando à crítica clássica do consumo, observamos que esses resultados não mudam o sistema de produção. Usa-se basicamente um modelo de negócios em que a produção não é modificada, apenas o consumo. A coisa principal, que é o sistema de produção, não se toca. O máximo que pode acontecer é um capitalismo bom. Mas o essencial aqui, a meu ver, é que esta é uma ação filosófica: quem diz que o capitalismo é bom ou quando o capitalismo é mau?

Se você fica somente sobre o consumo, é a questão do copo meio cheio e meio vazio. É a mesma situação sobre o hambúrguer de carne vegetariana: o consumidor fica feliz de comprar esse alimento pensando em valores pessoais, sem, de fato, construir um juízo de valor de todo o sistema de produção daquele produto. Essa é uma crítica muito importante que faz o Foucault. É a mudança da posição individual. Isso é uma maneira de controlar. Você transforma um movimento alternativo em um movimento de controle. Então, você fica feliz se você recicla um copo de café no avião, sem perceber que aquela empresa não está preocupada com a causa ambiental, mas que essa ação faz parte do plano de negócio. Um exemplo clássico é o KFC. As frituras são um dos principais desenvolvedores de câncer. Essa

empresa, a cada produto vendido, doa uma quantia para organizações de luta contra essa doença. Então, criam o câncer e depois combatem a doença por meio

Entrevistadores: Você falou muito das corporações capitalistas assumindo temas de esquerda. A produção da carne verde seria uma materialização desse fenômeno?

Alessandro Bonanno: Isso mesmo! Há pessoas que fundaram duas empresas: Beyond Meat e Impossible Foods. São pessoas que creem realmente no ambientalismo, nas posições e nas lutas. Mas são pessoas que utilizaram isso como modelo de negócio. Apesar das ideias pessoais, deram o poder basicamente às grandes companhias. Essas alternativas são protagonizadas por grandes empresas, como Wal-Mart ou Tyson. Por exemplo, a Beyond Meat tem duas fábricas em todo o mundo e 27 mil pontos de venda. Você sabe quantas fábricas de frango tem a Tyson somente nos EUA? 47! Então, como pode uma empresa que tem duas fábricas concorrer com uma empresa que tem muitíssimas fábricas, que tem uma capacidade de produção tremenda? Não pode. Não tem concorrência. Então, mais cedo ou mais tarde, a Beyond Meat será comprada por outras companhias. Agora

doações. Negócios! Como diria a teoria crítica, essa é a administração total da realidade. As empresas controlam tudo.

ela já possui muitos acionistas que não são verdadeiramente pessoas da esquerda ou ambientalistas. Compraram ações porque lucram. Esta é a questão: você decide se é ambientalista ou se lucra no final. O lucro e o valor estão em outras categorias de análise nesse ponto. Não é a racionalidade substantiva do Weber, em que se atua baseado sobre os valores ou o que é considerado bom. Trata-se de uma racionalidade formal de lucro.

Entrevistadores: Como o processo de financeirização afeta essa dinâmica? As próprias corporações agroindustriais são, cada vez mais, reféns de investidores oriundos do setor financeiro.

Alessandro Bonanno: O que acontece é o seguinte: existe uma lógica diferente entre o capital financeiro e o produtivo. Na verdade, o capital produtivo depende do capital financeiro, porque a taxa de crescimento do capital financeiro é superior à taxa de crescimento do capital produtivo. Isso significa que o capital produtivo está subordinado ao capital

financeiro. Mas há também uma diferença de racionalidade. Como empresa, você tem que manter uma relação de longo prazo com o cliente. De outro modo, a lógica das finanças é uma lógica do curto prazo, o que significa que, quando você vê as ações subindo a um nível bom, você vende – e não tem nenhum interesse de manter uma boa relação com o cliente. A grande questão é que esse investimento esteja sendo lucrativo. E, quando isso não ocorre, inventa-se um novo investimento. Agora não tanto como antes, mas, no passado, a terra era um novo investimento. A China fez o mesmo, falando que precisava de terra para produzir, quando, na verdade, pode comprar no mercado internacional o que quer. A terra seria o investimento de recursos financeiros obtidos em outras atividades. A questão é que não há uma relação entre a produção e o mercado financeiro. Não tem muito o que fazer. O mercado financeiro é um mercado de parasitas; parasitas que basicamente tomam riquezas e as distribuem entre as classes do mercado financeiro. Então eu acho que as corporações também lutam contra a financeirização.

Entrevistadores: Como você interpreta a posição do Brasil no setor agroalimentar contemporâneo em face das estratégias dos diferentes atores que disputam o

controle dos principais mercados em que o país tem presença relevante?

Alessandro Bonanno: Essa é uma pergunta importante porque é uma pergunta de governo. O governo deveria resolver essa pergunta. A questão do trabalho, do crescimento econômico e do emprego... Essa é uma questão histórica. Por exemplo, a gente falou que é impossível voltar a ter um sistema industrial aqui nos EUA porque a divisão internacional do trabalho privilegia que as fábricas fiquem em outras partes do mundo. Os EUA e o Brasil têm a possibilidade de produzir coisas que não se pode produzir em outras partes do mundo. Nos EUA, tudo funciona à base de aplicativos. Nesse mercado, a inovação é muito dinâmica e todos os dias surgem novos aplicativos com novas funções. É muito tecnológico. Muita inteligência artificial. Isso é um ciclo de grande crescimento que emprega e remunera bem o trabalhador. Isso também acontece no Brasil. Apesar de algumas áreas subdesenvolvidas, o país tem algumas cidades com capacidade para produzir esse tipo de coisa. Ou seja, não se pode ficar concentrado na produção de soja. Trata-se de focar na produção de tecnologia. A questão principal no Brasil é a falta de

prioridade de investimento em pesquisas, em tecnologias, nas universidades. Além disso, a própria produção agrícola deve ser diversificada. O produtor brasileiro não tem que produzir somente soja, tem que desenvolver outros produtos para outros destinos. Deve usar a inteligência, a pesquisa e a sociologia nas ações do governo. Entretanto, o uso da sociologia não acontece nem no Brasil nem nos EUA. Esse é o problema. Não estou dizendo isso por ser sociólogo, mas o pesquisador tem capacidade de escutar e ver além do hoje. E essas ideias não são escutadas.

Entrevistadores: Falando em ideias, com relação à agenda de pesquisa da sociologia da agricultura e da alimentação, qual será sua direção no futuro próximo? Por onde têm caminhado suas pesquisas?

Alessandro Bonanno: Temos algumas iniciativas... Tem os dois livros do Steven Wolf, que agora é presidente do RC-40. Ele está desenvolvendo uma discussão alternativa acerca da responsabilidade de cada pessoa ou grupo sobre o que faz ou como reagiria diante das ações de agricultura alternativa ou cívica – pois todos estão convencidos de apoiar ações que ajudem o meio ambiente e promovam

relações justas de comércio. Mas não temos saída. São pequenas ações que desaparecem ou são cooptadas pelas grandes companhias. O problema central agora dos próximos dez ou quinze anos é buscar condições para que essas alternativas possam ficar mais fortes. Mas a questão é a seguinte: será que um setor basta? Não se trata da agricultura, trata-se da indústria, do alimento como parte da indústria. Por exemplo, a carne feita de plantas não tem agricultura. Então, pode um setor mudar toda a sociedade? Essa é uma questão importante. Na minha opinião, trata-se de encontrar condições para que determinados grupos trabalhem com outros grupos de outros setores da sociedade. Eu acho que é muito importante que a RC-40 estude novas alternativas. Eu acho que uma ideia nova de estudos são os movimentos camponeses, embora uma ideia atrasada em virtude do sistema de produção capitalista. É importante falar dessas pessoas porque são marginalizadas.

Entrevistadores: Você acha que estes movimentos – estou pensando na Via Campesina – são capazes de promover as mudanças às quais você se referiu anteriormente?

Alessandro Bonanno: Existe esse entusiasmo com a Via Campesina, mas, como muitos estudos falam, ela não tem uma resposta à crise verdadeira, que é a crise dos grandes centros urbanos. Por exemplo, como a gente pode alimentar a Cidade do México? Os milhares de ex-camposinos pobres, expulsos do campo, que agora ficam na cidade sem acesso à terra, sem acesso a nada? A Via Campesina diz que a gente tem que produzir agroecológicos, produzir o que quer, etc. Mas essa é sempre uma produção pré-capitalista que não tem a capacidade de produzir alimento para todo mundo. Ou seja, utilizando a teoria de Chayanov... Eu sei que você se lembra de Alexander Chayanov, que diz que a mentalidade campesina era uma mentalidade que não pode caber no capitalismo, porque era a mentalidade que não compreendia a acumulação. A Via Campesina diz que a gente tem que ser livre, fazer o que quer, produzir agroecologicamente, mas não tem uma alternativa de como solucionar a pobreza dos grandes centros urbanos. Como pode São Paulo sobreviver com uma agricultura campesina? O Rio de Janeiro? A Cidade do México? Essas cidades

precisam de alimentos baratos, produzidos em massa e distribuídos de maneira unificada. Isso não é a Via Campesina. Eu gosto dela, da solidariedade e tudo. Mas, se não olhar essa questão, essa não é a resposta. A resposta é outra. É outro movimento de massa.

Situando Chayanov na Rússia dos anos 1930, a questão era como se pode construir e desenvolver um sistema coletivo de produção que alimente a classe trabalhadora russa que não está colocada no mercado. É uma classe trabalhadora industrial. É esta a mesma pergunta atualmente. Como a gente pode agora alimentar toda essa classe, que não é uma classe trabalhadora, mas uma classe pobre? É complexo, porque agora também tem a questão de gênero e raça. Como se pode alimentar os mais pobres? Como reintegrar à sociedade esses grupos marginalizados por meio de uma agricultura que produza comida boa e barata? O fordismo respondeu essa pergunta a partir da comida barata, que não era boa e que possuía muitas calorias. Agora, a gente tem que encontrar outra resposta que é um esforço gigantesco. O esforço é nessa direção.